

**A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA:  
Contribuições das universidades públicas do MS e MT.**

**Cíntia Santos Diallo<sup>1</sup>; Maria do Carmo Brazil<sup>2</sup>.**

UFGD/FCH – Dourados – MS. E-mail: cintiadiallo@gmail.com

<sup>1</sup>Doutoranda do Curso de História, Bolsista Capes <sup>2</sup>Professora orientadora FCH.

A presente pesquisa tem como objetivo, à luz do conceito das representações sociais, discutir os discursos que conferem singularidades (ou caracterizam) à disciplina da História da África e a sua respectiva produção historiográfica, nos cursos de licenciatura em História das Universidades Públicas do MS/MT, em decorrência da promulgação da Lei nº 10.639/2003, e do estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Nossa hipótese é que o avanço nas reformulações da disciplina de história da África foi ínfimo, com pequeno aproveitamento do espaço de produção de conhecimento por excelência como PIBIC, PIBIC-AF, Mestrado, Doutorado, logo uma inexpressiva produção acadêmica, cujas consequências refletem na dificuldade do professor de educação básica, grande parte recém-formada, em incorporar os conteúdos obrigatórios, dificultando, assim a institucionalização da referida Lei. A presente pesquisa se insere na linha de Movimentos Sociais e Instituições, uma vez que, por um lado o estudo sobre as reivindicações dos movimentos negros sociais a partir dos anos 1980, e seus desdobramentos são fundamentais para compreender as Políticas de Promoção das Ações Afirmativas no Brasil, e, por outro porque busca compreender em que medida as instituições de educação superior públicas, por meio da disciplina de história da África e a da produção de conhecimentos acadêmicos, tem contribuído naquilo que para nós é o que de fato traduz o propósito das Ações Afirmativas o resgate da humanidade do negro. A elaboração da pesquisa será pautada na abordagem qualitativa, quanto às fontes, lançaremos mão da pesquisa bibliografia para elaborar a revisão da literatura e construção do referencial teórico. A técnica da pesquisa documental, isto é, a análise de leis, diretrizes, planos, periódicos e documentos de origem oral, constituem-se como mecanismos fundamentais para o desenvolvimento pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.639/2003, História da África, Relações Étnico-Raciais.

Agradecimento: À Capes pela bolsa.